

SERVIDÃO E PAUPERIZAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A SAÚDE DOCENTE

Charle Ferreira Paz¹
 Cláudio Roberto Quaresma Machado²
 Edna Inácio da Silva e Silva³
 Ingrid Jardim de Azeredo Souza Oliveira⁴
 José Tadeu Madeira de Oliveira⁵

Resumo: O estudo propõe pensar a educação brasileira, com foco na saúde do docente e nos rumos da sociedade contemporânea. Os avanços tecnológicos impõem transformações cujos efeitos impactam de modo superlativo nas relações de trabalho. O estudo objetivou investigar os aspectos da servidão e pauperização do trabalho docente, com reflexo em toda classe trabalhadora. Buscou-se evidenciar uma “questão social” como resultante da ânsia pela acumulação capitalista, culminando na servidão e precarização do trabalho. A metodologia ancorou-se em recursos comuns à pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico. A coleta dos dados se realizou por buscas de periódicos na área de Educação no Google Acadêmico e no portal de periódicos da CAPES, entre os anos de 2019 e 2022. Para interpretação dos dados, optou-se pela técnica de análise de conteúdo, com base histórico-cultural a partir de informações obtidas através de estudos de alguns autores envolvidos com a temática. Focou-se em entender a precarização docente, em face ao debate da construção do ser social, da saúde do trabalhador, do papel dos sindicatos, assim como do surgimento das novas classes de trabalhadores. Observou-se a lógica capitalista moderna e seus impactos diretos no adoecimento docente, seja no campo físico, mental e/ou social.

Palavras-chave: Servidão; pauperização; doença.

SERVITUDE AND PAUPERIZATION: REFLECTIONS ON TEACHER HEALTH

Abstract: The study proposes to think about Brazilian education, focusing on teacher health and the direction of contemporary society. Technological advances impose transformations whose effects have a superlative impact on work relationships. The study aimed to investigate aspects of servitude and pauperization of teaching work, with an impact on the entire working class. We sought to highlight a “social issue” as a result of the desire for capitalist accumulation, culminating in servitude and precarious work. The methodology was anchored in resources common to qualitative research, of an exploratory and bibliographic nature. Data collection was carried out by searching for periodicals in the area of Education on Google Scholar and on the CAPES periodical portal, between the years 2019 and 2022. To interpret the data, we opted for the content analysis technique, based historical-cultural based on information obtained through studies by some authors involved with the topic. It focused on understanding teacher precariousness, in light of the debate on the construction of the social being,

¹Doutorando em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e professor na área de Linguagens no Instituto Federal do Piauí (IFPI). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1894-6438>

² Mestrado Profissional em Ensino de História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e professor da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC) e da Universidade Mackenzie. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-8754-965X>

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEDUC/UFRRJ). ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-7841-1210>

⁴ Graduada em Fisioterapia pela Univeridade Iguazu (UNIG), graduada em Farmácia pelo Centro Universitário UNIABEU e mestre em Ciências da Reabilitação na UNISUAM. Professora do ensino superior na UNIABEU. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8419-1937>

⁵ Graduado em Fisioterapia pela Sociedade Educacional Fluminense e Mestre em Ciências Biológicas pela Universidade Iguazu. Professor do Magistério Federal no Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas de Reabilitação do Instituto Benjamin Constant MEC/IBC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7344-2470>

worker health, the role of unions, as well as the emergence of new classes of workers. Modern capitalist logic and its direct impacts on teacher illness were observed, whether in the physical, mental and/or social field.

Key words: Easement; pauperization; illness.

INTRODUÇÃO

Temáticas acerca da relação trabalho-docência têm ganhado notoriedade no cenário de pesquisas no campo educacional brasileiro, dado a complexidade que envolve o trabalho docente. De modo geral, estas pesquisas têm como ponto comum a busca pela compreensão da etiologia das condições em que os professores desenvolvem seu trabalho e as implicações que tais condições significam na qualidade de vida dos referidos profissionais.

A educação brasileira na contemporaneidade é resultado de um processo histórico formado de acertos e precariedades que, no decorrer do tempo, conferiu-lhe características próprias, de acordo com as dinâmicas de disputas de poder e de como estas disputas se desenrolaram em suas especificidades históricas e sociais, nas diferentes regiões do país e em seus respectivos contextos.

Os enfrentamentos, precariedades e desafios presentes na educação brasileira na contemporaneidade não surgiram de forma súbita, mas sim como resultado de um processo histórico e cultural, caracterizado por decisões, indecisões, protelações, fragmentações, improvisações, exclusões e segregações que vivenciam a comunidade escolar.

Refletir sobre o que, advindo do passado, permanece nos pilares da educação contemporânea, propicia a desnaturalização do olhar docente, em relação a determinados fenômenos do presente. Tal reflexão tende a produzir uma visão abrangente do quadro, possibilitando ao docente perceber uma ação sistêmica e intencional implícita no contexto em que está inserido. Deste modo é necessário atentar-se para as ações estatais, inspiradas e comprometidas com ideias liberais privatistas, que visam descaracterizar a docência, além de impor regimes de trabalho precarizados com tendências a aprofundar o sucateamento do exercício da profissão.

Pensar a educação brasileira e as condições relacionadas à profissão docente se faz importante, uma vez que a realidade desses profissionais vem sendo fortemente marcada pelas transformações intrínsecas à era digital em que novas e complexas tecnologias rapidamente alcançam e transformam suas relações de trabalho. No entanto, esta reflexão deve ser acompanhada por uma problematização estribada no processo histórico que forjou características próprias relacionadas ao tratamento dispensado à educação formal no Brasil.

O objetivo do estudo foi analisar aspectos da servidão e pauperização do trabalho docente nas diversas esferas da profissão, vislumbrando-se alertar sobre as mudanças que cercam a profissão, muitas

em sentido retrógrado, inclusive. Buscou-se evidenciar uma “questão social” creditada como resultante da ânsia pela acumulação capitalista que, ao fim, tende a culminar na servidão e precarização do trabalho docente.

METODOLOGIA

Temáticas acerca da relação trabalho-docência têm ganhado notoriedade no cenário de pesquisas no campo educacional brasileiro dado a complexidade que envolve o trabalho docente. De modo geral, estas pesquisas têm como ponto comum a busca pela compreensão da etiologia das condições em que os professores desenvolvem o trabalho docente e suas implicações na qualidade de vida.

O presente estudo foi realizado entre junho e julho de 2023. O intuito foi trazer uma reflexão sobre aspectos da servidão e pauperização na docência e suas consequências no adoecimento docente. A metodologia ancorou-se em recursos comuns à pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico. Para a coleta empírica dos dados se utilizou das plataformas Google Acadêmico e do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; igualmente foi útil nessa fase o levantamento de publicações na área da Educação entre os anos de 2019 e 2022. O rastreamento considerou como palavras-chave os termos “trabalho docente”, “adoecimento docente”, “pauperização docente”, “servidão docente”, “precarização docente”, buscando identificar as relações entre docência e adoecimento, conforme apresentadas em pesquisas no cenário educacional brasileiro. Considerou-se tanto a Educação Básica quanto o Ensino Superior. Foram analisadas pesquisas que apresentaram não só as causas e consequências, mas também outros dados relevantes sobre a temática.

Para interpretação dos dados, optou-se pela técnica de análise de conteúdo, visando perscrutar as relações entre os dados empíricos apurados e o conteúdo da literatura levantada. Com base histórico-cultural a partir de informações obtidas através de estudos de alguns autores envolvidos com a temática, focou-se em entender os processos de precarização docente, em face ao debate sobre a importância da construção do ser social, do conceito de saúde do trabalhador, do papel dos sindicatos, assim como do surgimento das novas classes de trabalhadores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio do capítulo da “Lei Geral da Acumulação Capitalista” de O Capital, Karl Marx oferece as bases materiais para se entender a pauperização da classe trabalhadora, a qual mais tarde fora

denominada de “questão social”, através do estudo do capital como relação social que demanda a reprodução ampliada do sistema de produção do valor. Marx, neste capítulo, demonstrou a existência de uma consequência lógica inevitável nesse modo de produção, que são as leis que determinam o funcionamento da acumulação capitalista, que impacta diretamente no processo de pauperização da classe trabalhadora (GOIS, 2015).

Considera-se importante refletir sobre as tratativas do Estado brasileiro no que se refere a implementação da educação, o que envolve a formação docente e suas condições de trabalho. Para tanto utiliza-se palavras-chaves elaboradas por Dermeval Saviani (2020), que resumem de forma geral a história da educação no Brasil, a saber: Filantropia, Protelação, Fragmentação e Improvisação.

Por Filantropia Saviani (2020) compreende como a omissão do Estado em assumir a sua obrigação constitucional de ofertar a educação, utilizando-se de lemas como: “Acorda Brasil! Está na hora da escola!” e “Todos pela educação”, abrindo espaço para ações privatistas, alinhando-se com a ideia neoliberal de estado mínimo. Quanto à protelação, o autor explica como o adiamento constante do enfrentamento das precariedades identificadas por parte do Estado brasileiro. No que se refere a fragmentação, o autor observa um número significativo de projetos e leis que se sobrepõem umas às outras, sem unidade e continuidade entre elas. Por fim, a ideia de improvisação está relacionada ao implemento de projetos e leis, sem considerar devidamente a viabilidade, efetividade e continuidade, ocasionando a perda de tempo e de recursos.

Historicamente a educação brasileira se fez pela marca da precariedade, o que na contemporaneidade ocorre com um significativo aprofundamento, por conta das relações de trabalho, estribadas em novas tecnologias a partir de ideários neoliberais e privatistas, que acabam principalmente afetando o docente. O conceito de precariedade, conforme Silva (2019, p. 8) intensifica-se alcançando inclusive “o setor estável do professorado nas redes públicas de educação básica”, no entanto, são os docentes que atuam nas camadas mais empobrecidas do ensino privado ou que ainda estão em busca de emprego, que se submetem a condições de trabalho desprovidas dos direitos mais elementares e essenciais.

A precariedade, em sua continuidade, há aprofundamento, sobretudo em razão das intensas transformações do mundo do trabalho no tempo presente; tal dinâmica oportuniza o implemento de ações privatistas na educação, relativizando o papel docente, estabelecendo condições de empobrecimento, perda de identidade e adoecimento profissional. Em um contexto caracterizado pela precariedade e pauperização, o docente é empurrado para relações de trabalho desprovidas das condições adequadas e necessárias para o labor educativo. Neste sentido, Antunes (2018) aponta que no contexto caracterizado pela precarização, a oferta de trabalho se faz abundante, enquanto as condições dignas e os direitos mais elementares se tornam escassos e em determinado contexto até mesmo ausente,

radicalizando o enriquecimento de pouquíssimos e aprofundando ainda mais na pobreza a massa da classe trabalhadora, na qual a classe docente que está incluída. A esse processo que Antunes denomina “servidão”, caberá a escolha do desprovemento das necessidades mais elementares em face ao desemprego assim como a submissão às condições de precariedade, como forma de garantir o mínimo para a sua subsistência.

A compreensão do surgimento da pauperização da classe trabalhadora, numa perspectiva crítica e radical, requer que se recorra às análises realizadas por Karl Marx. O teórico explica que o período da “acumulação primitiva” precede à acumulação capitalista, constituindo-se o ponto de partida do modo de produção capitalista. Nota-se que a pauperização se caracteriza como pré-história do capital, iniciando o processo histórico de dissociação do trabalhador de seus meios de produção. Para tal efeito foi necessária a constituição de dois atores principais: o capitalista e o trabalhador.

Segundo Marx (1985, p. 262), após o exaurimento das relações sociais do período feudal, o trabalhador passou a se encontrar “livre” por não pertencer a alguém como servo ou escravo, e “livre” dos seus meios de produção, visto que estes não mais lhe pertenciam. Ou seja, o trabalhador estaria livre para vender sua força de trabalho. O autor ratificou que “Com essa polarização do mercado, estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista”. E completou ao afirmar que a separação do trabalhador de seus meios de produção é o pressuposto para a “relação-capital”, que é conservada e reproduzida de modo sempre crescente. Assim, a transformação do trabalhador em trabalhador assalariado é o processo que cria a “relação-capital” e a “assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico da separação entre produtor e meios de produção” (MARX, 1985, p. 262).

O trabalho como essência do ser humano e a conquista da saúde ocupacional no Brasil

O Manuscrito de Paris ou Econômico-Filosófico, de 1844, escrito por Karl Marx, foi publicado em 1932, a quase 50 anos após a sua morte. Em seus escritos percebe-se características simbólicas da esquerda hegeliana, gerando um debate sobre a economia filosófica na época e na atualidade. O fato é que Marx identifica o trabalho enquanto atividade de muita importância para a existência humana, visto a apropriação da natureza, constituindo assim a própria essência do ser humano. Singer (2004) assinalou que em sua visão social e ontológica, Marx identificou que os seres humanos devem validar sua essência por meio das atividades práticas exercidas sobre a natureza. O pensador faz um paralelo do trabalho como essência do ser humano, contemplando os indivíduos como resultantes do “valor de uso” e da apropriação e controle de sua própria vida, proporcionadas pela satisfação das necessidades humanas. Malgrado em oposição, o sistema de produção capitalista é capaz de estimular um rompimento dessa

essência objetivada, provocando a desobjetivação do indivíduo. Na prática o ser humano passou a ser guiado pela divisão social do trabalho e respectivas funções. A coisificação do trabalhador nasce da confusão provocada pelo capital na busca de alienar objetivos primitivos do indivíduo em relação ao trabalho, quando se faz morrer a satisfação da essência e nascer a obrigação do fazer (SINGER, 2004). Neste contexto surge a servidão e o adoecimento.

No Brasil, a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em março de 1986, serviu de base para a criação do Sistema Único de Saúde – SUS. Em 1988, por ocasião da consagração da Constituição Cidadã pelo Congresso Nacional, ficou consignado o direito à saúde de forma integral. Ressalta-se, todavia, que a grande pressão social conflagrada com maestria pelos movimentos sindical, comunitário e associativo foram os grandes responsáveis pelo êxito dessa e de diversas outras importantes conquistas. Destaca-se ainda que se tratava de um período em que o Brasil saía da ditadura. Todavia, apesar dos avanços logrados pela nova configuração histórica nacional, o fenômeno em que se insere o mundo do trabalho não se alterou de modo substancial. Ao contrário, na atualidade, há cada vez mais o individualismo e a competitividade, conseqüentemente menor o senso de solidariedade entre as pessoas. O capital se impõe nessas condições promovendo a desorientação e a servidão. Os cenários que deflagram a mencionada situação reclamam que os trabalhadores fortaleçam a unidade de forma a resistir e combater a exploração da essência humana; do contrário, o trabalhador adocece e padece.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira - INEP, por meio do Censo da Educação Superior (2022) o Ensino à Distância (EaD), revelou a histórica marca de três milhões de ingressantes em 2022. Eis de fato, uma modalidade de ensino que sem uma regulamentação responsável, pode contribuir não somente para agravar o quadro de servidão e pauperização do professor, mas principalmente de se constituir num atentado contra a responsabilidade social que as Instituições de Ensino Superior devem garantir como efeito de sua existência. A omissão aos padrões mínimos de qualidade para os cursos de formação que ofertam deve ser fator de observância da pasta da educação no Brasil. É preciso entregar ao Brasil profissionais com competências e habilidades à demanda de uma sociedade em constante evolução.

Nessas condições, não é raro encontrarmos uma situação em que o professor exerce o sacerdócio, com baixa remuneração, péssimas condições de oferta das instituições de ensino para a realização de seus serviços educacionais, bem como a forma como vem sendo tratado. Neste contexto, o mundo do trabalho está em processo de precarização e o professor parece ser um alvo programado estrategicamente para ser atingido e alijado do processo. Avaliações internacionais em educação corroboram com a afirmativa, relatando que o professor vem sofrendo uma série de ataques (UNESCO, 2005). Fica claro a desobjetivação proposital do indivíduo ocasionado pelo capital (SINGER, 2004).

Ampliando o horizonte de observação sob o Ensino Superior presenciamos a tentativa lesiva ao ensino público e ao mesmo tempo o avanço das instituições privadas na oferta de papéis certificadores, como fizeram com Cristo na oferta de denários, a traição ao princípio formador da educação, da liberdade e solidariedade humana forjando o cidadão sem qualificação para o trabalho e para a vida. É importante frisar que as instituições privadas têm adotado denominações diferenciadas para contratar professores como: colaborador, tutor, conteudista, orientador educacional, preceptor, supervisor, formador estratégico, professor intermitente entre outros, fugindo do modelo tradicional que os obrigam a obediência da legislação trabalhista. Essas ações geralmente deprimem a carga horária, o repouso remunerado, férias, tornando instável e sem garantias a atuação, mesmo sabendo que as atividades são as mesmas, bem como a exigência de currículo profissional compatível ao de “professor titulado”. Por outro lado, presenciamos que esta opção é cada vez mais presente no ensino superior público, substituindo o concurso público pelo processo seletivo de professores temporários entre outras diversas denominações, que sem a aderência e o compromisso com o projeto pedagógico provocam instabilidades importantes no processo ensino/aprendizagem que muitas vezes são garantidos pelos professores efetivos, inclusive servindo de mola mestra a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Eis o modelo de um sistema que sacrifica o professor no campo público e privado.

Reflexões sobre o adoecimento docente

As pesquisas de Leite; Nunes (2022) e Nascimento; Seixas (2020) se concentraram em discutir a temática do adoecimento do professor na Educação Básica. Pontes et al. (2020) tiveram como foco o adoecimento do docente na Educação Superior.

Nascimento; Seixas (2020), ao estudarem o adoecimento do professor da Educação Básica no Brasil na última década, ressaltaram que a preocupação com a relação entre trabalho e adoecimento tem despertado a necessidade de mais pesquisas. Na visão dos autores, a docência é umas das profissões que mais provocam preocupação com a saúde mental. Para eles, compreender o que causa o adoecimento dos docentes no Brasil é imperativo para que se possa desenvolver ações de fortalecimento, promoção e prevenção, assistência e recuperação da saúde desses profissionais. Nessa perspectiva, os autores buscaram por meio da análise das pesquisas realizadas na última década, constituir uma visão ampla dos problemas que têm afetado a docência; desse modo, selecionaram 25 artigos para comporem o estudo. Segundo os autores, as principais causas de adoecimento e sinais de sofrimento apontados foram depressão (24.0 %), seguido de ansiedade e alto nível de estresse (20.0 % cada), síndrome de Burnout e transtornos mentais (16.0 % cada) e, com menor frequência dimensões da Síndrome de Burnout

(8.0 %) e depressão e Burnout (4.0 %). No estudo de Nascimento; Seixas (2020) foi pontuado em suas conclusões a necessidade de rever as condições de trabalho docente, sendo necessário compreender a influência que as condições de trabalho possuem na saúde mental dos profissionais.

Leite; Nunes (2022), em seus estudos também voltados para a questão da saúde docente, escreveram um artigo intitulado “Os impactos da docência na saúde física e mental dos profissionais da Educação Básica no cenário pós-pandêmico”. No referido estudo, os pesquisadores buscaram conhecer os impactos mais danosos, no cenário pós-pandêmico, promovidos pela Covid-19 na saúde do profissional da educação. Para a realização do estudo foi aplicado um questionário contendo doze questões objetivas nas quais indagaram a respeito do gênero, tempo de exercício na docência, qualidade de vida antes e depois da docência e envolvimento com vícios. Cabe ressaltar que antes da docência, 71.2 % alegaram não ter nenhum problema físico ou emocional. Os problemas mais frequentemente relatados foram: ansiedade (6.3 %), tabagismo e hipertensão (2.3 % cada) e obesidade (1.6 %). Esses valores se modificaram quando elucidados os problemas de saúde adquiridos no magistério, o qual foi observado no estudo de Leite; Nunes (2022), a ansiedade, encontrada em maior frequência com 10.1 %, seguido de estresse (5.8 %), hipertensão (3.9 %), depressão (2.2 %) e transtorno afetivo (2.2. %). Note-se que um número significativo foi encontrado em problemas associados com mais de uma doença, perfazendo 27.5 %. Segundo os autores, o resultado surpreendeu pelo alto índice de adoecimento, o que constata a necessidade de intervenção para atenuar os impactos da docência na saúde dos profissionais da área.

No âmbito da Educação Superior, Pontes et al. (2020) realizaram um levantamento de trabalhos publicados na área da Educação entre os anos de 2009 e 2019. Desses foram considerados 13, pela aproximação com a intenção do presente estudo. Segundo os autores, o ponto em comum entre as pesquisas levantadas foram as condições de trabalho no espaço educacional, a questão da remuneração e a variante relativa ao adoecimento mental do docente, com o desenvolvimento de doenças como estresse, depressão e síndrome de Burnout. A análise de Pontes et al. Corroboraram com os dados de adoecimento docente na Educação Básica apresentados por Leite; Nunes (2022) e Nascimento; Seixas (2020), que apontaram problemas de saúde mental como adoecimentos típicos no exercício da docência, com predomínio de doenças como depressão, estresse, ansiedade e síndrome de Burnout.

O estudo de Pontes et al. (2020) consistiu em um ensaio analítico elaborado a partir de dois artigos eleitos pelos autores, considerando ainda a aproximação com a intenção do estudo: “Publicar ou perecer: a esfinge do produtivismo acadêmico”, de autoria de Leite (2017) e “Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras”, de autoria de Oliveira et al. (2017).

O artigo “Publicar ou perecer: a esfinge do produtivismo acadêmico”, de autoria de Leite (2017) parte dos processos de transformação e adaptação do sistema capitalista e sua dinâmica nas

transformações do mundo do trabalho, a influência direta na Reforma Universitária empreendida na gestão dos governos do Partido dos Trabalhadores, que culmina em uma lógica gerencial das atividades docentes, de base produtivista e competitiva, e sua conseqüente implicação na saúde mental e física do docente de nível superior. Já o artigo “Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras”, de autoria de Oliveira et al. (2017), o foco foi na descrição das questões decorrentes da precarização do trabalho docente; teve como objeto de análise os impactos nas diferentes modalidades de adoecimento docente: emocional, mental e física.

As análises apresentadas por Pontes et al. (2020) ratificaram que o trabalho do professor é subjugado às regras de produção e reprodução do sistema capitalista, que, por sua vez, determinam os processos de precarização do trabalho docente, com base na reestruturação produtivista, gerando ambientes de trabalho competitivos, pressão contínua por exigência de produtividade, cumprimento de metas e desempenho decorrentes de políticas que visam o índice de Desenvolvimento da Educação Superior e outras, compressão salarial, adequação às metodologias de ensino hodiernas, entre outros fatores. Estes fatores estão diretamente associados a danos de saúde, seja de ordem emocional, mental e física do trabalhador docente, com maior repercussão no surgimento de doenças psicossomáticas e mentais.

A importância da organização sindical dos trabalhadores

Os sindicatos são organizações de representação dos interesses dos trabalhadores, criadas para compensar o poder dos empregadores na relação contratual, sempre desigual e reconhecidamente conflituosa entre capital e trabalho. Nasceram na primeira metade do século XIX, como reação às precárias condições de trabalho e remuneração a que estão submetidos os trabalhadores no capitalismo (DIEESE, 2015).

Segundo nota técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2015) um dos marcos do reconhecimento da importância das organizações sindicais ocorreu em 1919, logo após a 1ª Guerra Mundial. Na ocasião foi criada a Liga das Nações, entidade tripartite que deu origem à Organização Internacional do Trabalho (OIT). Nos documentos e convenções da OIT, são reconhecidos o direito de sindicalização, o direito de negociação coletiva e o direito de greve, instrumentos de afirmação dos interesses dos trabalhadores e do poder sindical.

Uma das principais atribuições das entidades sindicais é a prática de negociações coletivas, que assegurem aos trabalhadores representados por essas entidades a possibilidade de ampliar direitos garantidos por lei e adquirir novas conquistas. A própria legislação trabalhista, muitas vezes, promove a extensão a todos os assalariados direitos antes restritos a algumas categorias de trabalhadores, que os

havia conquistado em negociações coletivas específicas. São os casos, entre outros, o direito ao 13º salário, estendido a todos os trabalhadores em 1962; diversos outros direitos foram inscritos na Constituição de 1988: redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais; elevação do percentual de remuneração da hora extra para 50%; ampliação da licença-maternidade para 120 dias; criação da licença-maternidade de cinco dias; e do adicional de 1/3 sobre a remuneração das férias. Em outro capítulo da Carta Magna, foi estendido aos servidores públicos o direito de sindicalização e de greve, que, na prática, já eram exercidos por esses trabalhadores (Ibidem).

No âmbito do trabalho docente, os efeitos da crise do capitalismo se traduzem, em larga medida, no aumento da exploração, do controle e da intensificação, o que corresponde a mais trabalho. O trabalho do professor é refém do neoliberalismo aplicado à educação. É consequência das políticas públicas que reformularam a legislação educacional pelo interesse em fazer mais com menos, convergindo com a política do Estado mínimo. Conforme analisa Antunes (2020), desde a promulgação da Constituição Federal em 1988 até o momento, houve sucessivas reformas e emendas que obedecem às leis gerais das relações capitalistas neoliberais, como flexibilização, gerencialismo, terceirização, desregulamentação e “uberização”. Tais mudanças no mundo do trabalho tiveram conexões com o projeto de desestatização, privatização e um conjunto de medidas que diminuíram a dimensão pública e o princípio da gratuidade. O aumento do tempo de trabalho reduz o tempo para outras atividades necessárias à atividade humana, como o cuidado com a saúde e aquelas relacionadas à família, ferindo o conceito de saúde. Direito social, inerente à condição de cidadania, deve ser assegurado sem distinção de raça, de religião, ideologia política ou condição socioeconômica; a saúde é assim apresentada como um valor coletivo, um bem de todos, o qual o sindicato tem papel de caráter essencial na proteção e na luta pela garantia desse direito fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do material selecionado para esta pesquisa, com base no debate suscitado em torno dos processos de precarização do trabalho docente, no debate da importância do trabalho na construção do ser social, no conceito de saúde, no papel dos sindicatos não só no enfrentamento das condições aviltantes de trabalho, mas no fortalecimento das novas classes de trabalhadores decorrentes e subjugados pelo capitalismo, podemos asseverar que, em resposta às forças de expropriação que subjazem às organelas das sociedades capitalistas, a educação brasileira foi transfigurada em um sistema que responde aos interesses dominantes, estando portanto, a serviço da produtividade e do capitalismo, tendo impactos diretos e significativos no adoecimento do docente, com a predominância do surgimento

de doenças de ordem emocional e mental, como depressão, ansiedade, estresse, síndrome de Burnout e outras.

A hodierna estrutura da educação, imbricada a fatores associados ao produtivismo e à exacerbção do trabalho em condições insalubres de exercício, que são caracterizadas, sobretudo, por ambientes competitivos, salários incompatíveis com o exercício profissional, pressões de políticas públicas que cobram desempenho, produtividade etc., têm um impacto nas situações de saúde pública, na medida que estão na base da criação de uma nova ordem de agravos à saúde física, mental e social dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 ago. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior 2022: notas estatísticas**. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em 08 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **8ª Conferência Nacional de Saúde - Relatório Final**. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 1986.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **A importância da organização sindical dos trabalhadores**. São Paulo, nov. 2015. (Nota Técnica 151).

GOIS, Juliana Carla da Silva. **A gênese da pauperização da classe trabalhadora na sociedade capitalista**. Seminário nacional de serviço social, trabalho e política social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. Outubro de 2015.

LEITE, Alessandro Nunes; NUNES, Silvânia Azevedo da Silva. Os impactos da docência na saúde física e mental dos profissionais da educação básica no cenário pós-pandêmico. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 17, 10 de maio de 2022.

LEITE, Janete Luiza. Publicar ou perecer: a esfinge do produtivismo acadêmico. **Revista Katálisis, Florianópolis**, v. 20, n. 2, p. 207-215, maio/ago. 2017 ISSN 1982-0259.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1985. Vol. II. (Série Os Economistas).

NASCIMENTO, Kelen Braga do; SEIXAS, Carlos Eduardo. O adoecimento do professor da Educação Básica no Brasil: apontamentos da última década de pesquisas. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 36, 22 de setembro de 2020.

OLIVEIRA, Amanda da Silva Dias; PEREIRA, Maristela de Souza; LIMA, Luana Mundim de. Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. v. 21, n. 3, set. / dez. 2017, p. 609-619.

PONTES, Fernanda Rodrigues; ROSTAS, Márcia Helena Sauaia Guimarães; ROSTAS, Guilherme Ribeiro. Precarização do trabalho e adoecimento do docente. **Revista Educar Mais**, v. 4, nº 3, p. 727-737, 2020.

SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, p. 1-18, jan./dez., 2020.

SILVA, Amanda Moreira. MOTTA, Vania Cardoso. O precariado professoral e as tendências de precarização que atingem os docentes do setor público. **Roteiro**, Joaçaba, v. 44, n. 3, p. 1-20, set./dez., 2019.

SINGER, Peter. **MARX**. 1ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

UNESCO. **Condiciones de trabajo y salud docente: estudios de casos en Argentina, Chile, Ecuador, México, Perú y Uruguay**. Santiago de Chile: UNESCO-OREALC, 2005.

Submetido em: 30 de maio de 2024

Aceito em: 24 de setembro de 2024